

# Agricultores querem conclusão do plano de rega do Alentejo

27 de Novembro, 2017

Os agricultores do distrito de Setúbal acreditam que a solução para os períodos de seca no sul do país passa pela gestão da água em alta, pelo Estado e pela construção da barragem do Pisão (na foto), no distrito de Portalegre. A construção da barragem do Pisão, no concelho do Crato, obra prevista no Plano de Valorização (plano de rega) do Alentejo, elaborado em 1957, é apontada pela Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal (AADS) como a solução para o abastecimento de diversas barragens da região alentejana, a par dos transvases da barragem do Alqueva e de outra forma de gestão da água em alta, refere a Lusa.

A gestão da água do Alqueva em alta tem sido assegurada pela empresa pública EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, SA) e pelas associações de regantes, mas a AADS defende que deve ser gerida apenas pelo Estado, de forma a garantir preços comportáveis para os produtores de arroz.

“É preciso que sejamos capazes de ir ao Alqueva buscar a água de que necessitamos, por transvase, aqui para a região. E isso implica medidas de fundo, de gestão da água em alta, por parte do estado”, disse à Lusa Joaquim Manuel Lopes, técnico da AADS, durante uma visita à exploração de arroz Várzea da Marateca, no concelho de Palmela, distrito de Setúbal, uma das muitas que estão em risco de não ter produção em 2018 devido à falta de água.

“Precisamos de agir construindo o que falta do plano de rega do Alentejo. A construção da barragem do Pisão, no concelho do Crato, com o respetivo transvase do Tejo para essa barragem, o que permitirá recarregar as barragens a jusante dessa de modo a regar o Baixo Ribatejo e o Alto Alentejo, é fundamental. E depois é necessário que seja feita uma estação de bombagem a montante do Alqueva, que permita recarregar barragens, por exemplo, a barragem do Divor (concelho de Arraiolos, distrito de Évora) e a barragem dos Minutos (Montemor-o-Novo, Évora), se vier a ser necessário”, disse.

Além da falta de água provocada pela seca, os agricultores também se queixam do preço elevado dos transvases a partir da barragem do Alqueva. E, em alguns casos, preferem esperar que chova a fazerem transvases a preços que consideram incomportáveis.

“Neste período de inverno, quando as barragens vão recuperando a sua capacidade de armazenamento para depois termos água para a rega a partir de abril, temos nós esperança de que a chuva que vai caindo seja suficiente para repor a capacidade de armazenamento. Começar a comprar água em outubro, significa que, depois, quando começar a chover, podemos ter necessidade de deitar água fora. E, àqueles preços, não podemos correr esse risco”, justifica o coordenador da Associação de Regantes do Vale do Sado, Gonçalo Faria, adiantando que já houve contactos com a EDIA e com o Governo para tentar encontrar soluções.

“Foram apresentadas algumas alternativas, nomeadamente do preço da água, para se tentar encontrar uma forma de reduzir esse preço para a cultura do arroz, à semelhança daquilo que já vem acontecendo com a taxa de recursos hídricos, em que a cultura do arroz tem um preço muito mais reduzido”, disse.

A falta de água, que na barragem do Pego do Altar, em Alcácer do Sal, deixou visível uma ponte submersa há 18 anos, também preocupa o presidente da AADS, Joaquim Caçoete, que, depois de um ano com uma “produção agrícola excecional” em toda a região, antevê uma quebra significativa já em 2018. “A produção que tivemos este ano nos hortícolas e na uva – estamos numa região vinícola muito forte – foi excecional, com elevadas produções. O que nos preocupa agora é que os custos de produção para a próxima época sejam demasiado elevados se não forem tomadas medidas por parte do Governo”, disse Joaquim Caçoete.

“Nós precisávamos que, nesta fase muito grave que estamos a passar, a água da barragem do Alqueva tivesse preços mais reduzidos, para que seja possível passar água de umas barragens para outras que são fundamentais para a rega, nomeadamente para o arroz. Também verificamos que, se não forem tidos em conta os custos da eletricidade – das bombas dos furos de captação de água -, vamos ter aqui uma situação de abandono de algumas colheitas, de algumas culturas. E não vamos ter colheitas em 2018”, acrescentou.

Perante este quadro, o presidente da AADS desafiou o Governo a tomar as medidas necessárias para fazer face aos problemas imediatos dos agricultores da região e para a conclusão do Plano de Valorização do Alentejo.